

Pobreza urbana e degradação ambiental: algumas reflexões sobre Curitiba, Brasil*

Fecha de recepción: 3 de febrero del 2011 Fecha de aceptación: 27 de abril del 2011

Gislene Pereira

PhD em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Docente

Universidade Federal do Paraná, Brasil

gislenepereira42@gmail.com

Madianita Nunes da Silva

MSc em Geografia

Docente

Universidade Federal do Paraná, Brasil

madianita@gmail.com

Resumo O presente trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre o conceito de urbanismo de risco. A partir da análise da cidade de Curitiba, Paraná, Brasil, o texto discute a relação entre ocupações irregulares, pobreza urbana e degradação ambiental. Procura-se demonstrar que, apesar de referência em planejamento urbano, Curitiba não foge ao padrão da maioria das cidades latino-americanas, onde predominam a segregação sócio-espacial e a degradação do ambiente. Esse padrão é decorrente da produção da cidade segundo a lógica capitalista, que expulsa para áreas inadequadas aquela parcela da população cuja renda não permite pagar os custos de uma boa localização. Tendo em vista que nos países latino-americanos a pobreza urbana é ascendente, e sendo a cidade estruturada com base nas leis de mercado, o texto busca demonstrar que há uma tendência do urbanismo de risco consolidar-se como prática predominante.

Palavras-chave Urbanização, planejamento urbano, qualidade meio-ambiental.

**Palavras-chave
descritor** Sociologia urbana, ocupação urbana irregular, segregação socioespacial,
urbanismo de risco.

* Documento de reflexão, produzido a partir das pesquisas desenvolvidas pelas autoras junto ao Laboratório de Habitação e Urbanismo (LAHURB), Universidade Federal do Paraná, Brasil.

Urban poverty and environmental degradation:

considerations on Curitiba, Brasil

Abstract Curitiba, Parana, Brazil, the text discusses the relationship between irregular occupations, urban poverty and environmental degradation. It seeks to demonstrate that, despite being a reference in urban planning, Curitiba is no exception to the pattern of most Latin American cities where socio-spatial segregation and environmental degradation predominate. This pattern is due to the production of the city according to the logic of capitalism, which expels to inappropriate areas that portion of the population whose income does not allow paying the costs of a good location. Based on the fact that Latin American urban poverty is rising, and the city's structure is based on market laws, this paper seeks to demonstrate that there is a trend of consolidating risk urbanism as a prevailing practice.

Key words Urbanization, urban planning, environmental quality.

Key words plus Urban Sociology, irregular urban occupancy, socio-espatial segregation, risk urbanism

Pobreza urbana y deterioro ambiental:

algunas reflexiones sobre Curitiba, Brasil

Resumen Este trabajo tiene el objetivo de reflexionar sobre el concepto de urbanismo de riesgo. A partir del análisis de la ciudad de Curitiba, en Paraná, Brasil, el texto muestra la relación entre las ocupaciones irregulares, la pobreza urbana y la degradación del medio ambiente. Se pretende demostrar que, a pesar de constituirse en referencia de planificación urbana, Curitiba no es una excepción al patrón de la mayoría de las ciudades Latinoamericanas, en las que predomina la segregación socioespacial y el deterioro del medio ambiente. Este patrón es resultado de la producción de ciudad bajo la lógica capitalista, que expulsa hacia zonas inadecuadas a esa parte de la población cuyos ingresos no les permiten asumir los costos de una buena localización. Teniendo en cuenta que en los países latinoamericanos la pobreza urbana es creciente y que la ciudad se estructura a partir de las leyes de mercado, el texto pretende demostrar que existe una tendencia hacia la consolidación del urbanismo de riesgo como práctica predominante.

Palabras clave Urbanización, planificación urbana, calidad medioambiental.

Palavras-chave descritor Sociología urbana, ocupación urbana irregular, segregación socioespacial, urbanismo de riesgo.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o conceito de urbanismo de risco, marcado pela ampliação da pobreza e da degradação ambiental nas cidades contemporâneas, e terá como referência de análise as ocupações irregulares em Curitiba, município pólo do principal aglomerado metropolitano do estado do Paraná, Brasil.

Curitiba, recorrentemente reconhecida no Brasil e no exterior como referência em planejamento urbano, recebeu em 2010 mais um prêmio: o de cidade mais sustentável do mundo (*Globe Award Sustainable City*).¹ Essa leitura, amplamente explorada, e também criticada, que exalta o modelo de planejamento implantado na cidade, tem ajudado a construir uma imagem dominante a respeito do processo de urbanização nela ocorrido, como destaca Garcia (1997, p. 19). Essas interpretações parciais e idealizadas a respeito da dinâmica urbana local, têm ocultado, ou relegado a um segundo plano, questões fundamentais para a apreensão do processo de produção do espaço, em especial o ocorrido nas últimas décadas. Neste artigo, pretende-se resgatar estas questões, discutindo-se a relação entre ocupações irregulares, pobreza urbana e degradação ambiental.

Urbanização e planejamento urbano em Curitiba
Para além dos inúmeros títulos recebidos, Curitiba é hoje a cidade pólo de uma das principais

aglomerações metropolitanas brasileiras, indicando inicialmente que as questões e desafios nela presentes não divergem muito dos encontrados em outras grandes cidades do país. A metrópole de Curitiba, a partir da década de 1970, foi marcada pelo crescimento da industrialização, aceleração da urbanização e êxodo rural,² caracterizando-se, atualmente, como um espaço onde se manifestam fenômenos urbanos vinculados, para alguns autores, a uma nova fase do modo capitalista de produção (Gottdiener, 1997; Mattos, 2004; Ascher, 2006).

Para explicar a dinâmica atual da metrópole de Curitiba, Firkowski (2008) identifica a década dos noventa como um marco temporal fundamental. Foi nestes anos que ocorreram transformações importantes, expressas, inicialmente, na dimensão econômica, pela chegada das montadoras automotivas e outras empresas transnacionais, mas também percebidas nas políticas públicas, nas condições sociais, na localização das atividades urbanas e na constituição de novas morfologias espaciais.

Curitiba apresenta, portanto, as características do processo de metropolização contemporânea, em especial o ocorrido nas aglomerações dos países de Terceiro Mundo, marcado pela concentração do que há, socialmente, de mais moderno e de

1 Segundo Anibal (2010), este prêmio é conferido às cidades que se destacam como excelência em desenvolvimento urbano sustentável no mundo. Para tanto, são avaliados itens como preservação dos recursos naturais, bem estar e relação social nas cidades, inteligência e inovação nos projetos e programas, cultura e lazer, transporte, confiança no setor público e gerenciamento financeiro.

2 Uma discussão aprofundada do processo que deu origem à dinâmica de metropolização em Curitiba na década dos setenta pode ser encontrada nas seguintes referências: Ultramari e Moura (1994); Firkowski (2001) e Delgado, Deschamps e Moura (2004).

mais atrasado (Firkowski e Moura, 2001). Ou seja, se, por um lado, essas metrópoles concentram atividades econômicas e riquezas (Ascher, 1995), nelas também coexistem espaços de extrema pobreza, marcados pela ilegalidade e informalidade, que expõem a população residente a inúmeras situações de precariedade e a todo tipo de risco.

Ao discutir a relação entre urbanização e o crescimento das favelas, Davis (2006) afirma que a intensificação da primeira, em especial nos países de Terceiro Mundo, é impulsionada mais pela pobreza do que pela oferta de empregos, evidenciando as contradições do processo em curso. Para o autor, a espacialização da urbanização contemporânea manifesta-se nas grandes aglomerações de edificações inacabadas, feitas de tijolo aparente, de palha ou de todo tipo de resíduos, construídas fora das normas e praticamente sem nenhuma tecnologia. O autor destaca que essas “favelas pós-modernas” são as áreas urbanas mais expostas aos riscos ambientais e recorrentemente são cenários de grandes catástrofes (Davis, 2006, pp. 13-29).

É possível, portanto, considerar que essas contradições presentes no processo de metropolização das maiores cidades do mundo também são encontradas na Região Metropolitana de Curitiba³ (RMC). Em estudo recente sobre a RMC, Moura e Rodrigues (2009) demonstraram que os mesmos municípios que nas duas últimas décadas tiveram índices crescentes de participação no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do Paraná, apresentaram também os indicadores sociais mais baixos da região. O estudo identificou ainda que cerca de 75% das carências sociais da RMC concentra-se em apenas catorze dos seus vinte e seis

municípios, a maioria desses situados no entorno imediato da cidade pólo.

O mesmo estudo destaca que, das carências sociais identificadas, Curitiba participa com 38%, sinalizando a existência de grandes distâncias sociais nessa cidade. Essa distância fica ainda maior se forem considerados o déficit habitacional e o desemprego urbano, que elevam a participação do pólo para 50% do total das carências da RMC (Moura e Rodrigues, 2009, p. 157).

Associadas a estas conclusões sobre a dinâmica da urbanização em Curitiba, pesquisas recentes indicam a emergência de uma nova lógica na organização do mercado imobiliário da metrópole (Pereira e Silva, 2009, p. 306), caracterizada pela redução significativa na produção de lotes formais e o crescimento das ocupações irregulares. Os dados apresentados na tabela 1 expressam que entre 1992 e 1998 quase dobrou o número de domicílios em ocupações irregulares. Os mesmos dados apontam que em 1998, 65,89% da população residente em ocupações irregulares no Aglomerado Metropolitano⁴ estava localizada em Curitiba.

A tabela 2 demonstra que entre 1987 e 1996 dobrou o número de ocupações irregulares no município de Curitiba e triplicou o número de domicílios localizados neles. Este crescimento teve continuidade na década seguinte (1996-2005), quando dobraram tanto o número de ocupações, quanto o de domicílios irregulares nesse município.

Os dados apresentados demonstram um aspecto do processo de urbanização ocorrido em Curitiba, já identificado por Garcia (1997:153): para

3 As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas e delimitadas pelo governo federal pela Lei Complementar nº 14 de 1973, dentre elas a de Curitiba. A RMC é composta hoje por 26 municípios: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Uliisses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná (Paraná, 2006).

4 De acordo com o relatório Redes Urbanas Regionais: Sul, Iparides (2000, p. 68), o aglomerado metropolitano constitui “uma mancha de ocupação derivada de conurbação e/ou periferização, diretamente polarizada pela metrópole, envolvendo municípios limítrofes com contigüidade, continuidade e/ou descontinuidade de ocupação. Apresentam população urbana e densidade demográfica elevadas, forte vinculação econômica, intensos fluxos de relações intermunicipais com comutação diária, complementaridade funcional e população ocupada em atividades urbanas (setores secundário e terciário)”.

Tabela 1
Evolução das ocupações irregulares no aglomerado metropolitano (1992-1998)

Município	Número de domicílios		População residente	
	1992	1998	1992	1998
Almirante Tamandaré	1.536	4.785	6.451	17.705
Araucária	509	1.552	2.102	5.742
Campina Grande do Sul	188	584	788	2.161
Campo Largo	423	730	1.709	2.701
Campo Magro	0	1.723	0	6.375
Colombo	3.303	6.253	13.740	23.136
Curitiba	44.713	53.162	165.438	196.699
Fazenda Rio Grande	440	1.557	1.874	5.761
Pinhais	1.556	2.293	6.302	8.484
Piraquara	197	4.199	648	15.536
Quatro Barras	0	0	0	0
São José dos Pinhais	581	3.838	2.353	14.201
Total	53.446	80.676	201.405	298.501

Fonte: Universidade Federal do Paraná (2004, p. 63).

Tabela 2
Evolução das ocupações e domicílios irregulares: Curitiba (1979-2005)*

Ano	Número de ocupações	Número de domicílios
1979	46	6.067
1987	87	11.929
1996	167	33.778
2000	301	57.333
2005	341	62.267

* A diferença entre o número de domicílios em ocupações irregulares em Curitiba para os anos de 1998 e 1996, apresentados nas Tabelas 1 e 2 respectivamente, referem-se às distintas metodologias adotadas no critério de contagem dessas áreas. O número apresentado na Tabela 1 refere-se ao levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), e o apresentado na tabela 2 à metodologia utilizada pelo IBGE. A do IPPUC considerou todas as ocupações irregulares existentes, e a do IBGE considerou apenas os assentamentos irregulares com no mínimo 51 unidades habitacionais.

Fonte: COHAB/IPPUC (2007, p. 69).

além da cidade idealizada, ou do discurso sobre ela freqüentemente reproduzido, da cidade real também faz parte o grande número de ocupações irregulares presentes na metrópole. De fato, o crescimento das ocupações irregulares indica que em Curitiba se reproduz a contradição existente nas grandes aglomerações urbanas do Brasil e demais países do Terceiro Mundo, caracterizada pela diferenciação clara entre os espaços de

moradia das classes de baixa e alta renda. (Mattos, 2004; Davis, 2006; Berry-Chikhaqui; Deboulet; Roulleau-Berger, 2007).

Produção capitalista da cidade, segregação sócio-espacial e degradação ambiental: conceituando urbanismo de risco

De acordo com Mueller (1997), a associação entre pobreza e concentração de população, típica no Terceiro Mundo, permite caracterizar as cidades brasileiras pelos seguintes aspectos:

- › Grande parte da população de baixa renda reside em aglomerados de sub-habitações: construções precárias, com número elevado de habitantes por unidade habitacional, desprovidas de abastecimento de água potável e em condições de riscos sanitários.
- › As áreas ocupadas pela população de baixa renda são, em geral, frágeis sob o ponto de vista ambiental: encostas, várzeas, terrenos

próximos a focos de poluição ou de risco (aterros sanitários, indústrias, redes de alta tensão, etc.).

- › Os assentamentos de baixa renda estão localizados, geralmente, em terrenos ilegais ou desrespeitando a legislação de uso do solo, o que dificulta, quando não impede, o provimento dos serviços urbanos, especialmente a instalação das redes de água, esgoto, energia elétrica, drenagem, pavimentação e coleta de lixo.
- › Ambiente físico e social apresenta condições favoráveis para disseminação de doenças endêmicas tais como diarreia, febre tifóide, meningite, infecções de pele, olhos, ouvidos, além de intoxicação alimentar.
- › Além dos riscos de doenças, os assentamentos da população de baixa renda estão permanentemente sujeitos à violência, decorrente da falta de perspectivas de trabalho e renda, bem como da presença da rede de narcotráfico.

Essas características, presentes em grande parte das cidades brasileiras, configura o que Rolnik (1997) denomina *urbanismo de risco*:

[...] aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, ... aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. O risco é, antes de mais nada, do morador... Porém, o urbanismo é de risco para a cidade inteira. (Rolnik, 1997, p. 7)

Esse *urbanismo de risco*, por sua vez, é consequência do processo de produção da cidade dentro da lógica capitalista, que se baseia na maximização do lucro que o solo pode gerar e na exigência de uma renda mínima para ter acesso a esse solo.

Nesta situação, a população de maior renda tende a receber maiores benefícios e os mais pobres permanecem à margem, por não disporem de recursos financeiros que permitam uma inserção igualitária na cidade. Dessa forma, os diferentes valores (traduzidos em preços) assumidos pelas áreas urbanas implicam em uma distribuição espacial da população de acordo com a capacidade desta em arcar com os custos de localizações específicas. As áreas melhor localizadas são mais caras e serão ocupadas pela população que pode pagar por elas. A população de menor poder aquisitivo tende a ocupar áreas desvalorizadas pelo mercado imobiliário, como a periferia urbana (com deficiência nos serviços urbanos básicos, precária situação sanitária e habitações inadequadas), e regiões ambientalmente frágeis - fundos de vale, encostas, áreas sujeitas a inundações, áreas de proteção ambiental. Nesses assentamentos, o risco de desabamentos, enchentes e contaminações com resíduos de toda ordem, é agravado pela forma como se deu a ocupação, bem como pelas condições precárias das moradias, que favorecem a ocorrência de incêndios, a difusão de doenças hídricas ou motivadas por ventilação e insolação deficiente, entre outros fatores. Davis (2006) afirma que esses locais constituem o nicho da pobreza na ecologia da cidade, e que grande parte dos pobres urbanos nos países do Terceiro Mundo não tem outra opção senão a de conviver com esses riscos. O autor destaca também, que o crescimento da urbanização informal multiplicou por dez ou mais vezes a probabilidade⁵ inerente de desastres nos ambientes urbanos (Davis, 2006, pp. 127-130).

Curitiba: ocupações irregulares e o urbanismo de risco

Estudo realizado pela Administração do Município de Curitiba delimitou e quantificou todas as áreas de ocupações irregulares existentes na cidade.

5 Segundo Davis (2006, p. 130), a vulnerabilidade ambiental urbana, ou risco, é calculada como produto da probabilidade de acidentes (frequência e magnitude de ocorrências naturais) vezes o patrimônio (população e abrigos em risco), vezes a fragilidade (características físicas do ambiente construído).

Para este estudo, foram consideradas ocupações irregulares “todos os assentamentos urbanos efetuados sobre áreas de propriedade de terceiros, sejam elas públicas ou privadas, bem como aqueles promovidos pelos legítimos proprietários das áreas sem a necessária observância dos parâmetros urbanísticos e procedimentos legais estabelecidos pela lei de parcelamento 6766/79 (federal) e 2460/66 (municipal)” (IPPUC, 2001, p. 1). O mesmo estudo organiza as ocupações irregulares segundo quatro categorias: em regularização; sem regularização; loteamentos clandestinos em regularização e loteamentos clandestinos sem regularização.

O levantamento contabilizou 62.267 domicílios localizados em ocupações irregulares, correspondendo, aproximadamente, a 200.000 pessoas; mais de 10% da população de Curitiba, conforme pode ser observado na tabela 3.

A figura 1 representa o município de Curitiba, sua divisão em bairros, a renda média do chefe de domicílios e o crescimento populacional em alguns bairros. A análise da figura demonstra que o maior número de *ocupações irregulares*, bem como a população com *menor renda*, concentra-se à leste (região próxima ao bairro Cajuru) e à sudoeste (região próxima ao bairro Cidade Industrial) da

cidade. As áreas onde ocorre acelerado *crescimento populacional*, por sua vez, estão, em sua maioria, localizadas na região sul da cidade.

A tabela 4 indica os bairros de Curitiba com a maior proporção de domicílios inadequados, em relação com o número total de domicílios. Com exceção do bairro Campo Comprido, os demais estão localizados na região sul da cidade.

A comparação entre as figuras 1 e 2 demonstra uma polarização em relação aos padrões de ocupação do solo. Na região norte/nordeste estão concentrados: maiores preços imobiliário, menor número de ocupações irregulares⁶ e crescimento populacional acima da média. Na região sul predominam: menores preços imobiliários, crescimento populacional acelerado e maior proporção de domicílios inadequados, localizados em ocupações irregulares.

Pode-se afirmar, portanto, que a expansão da ocupação na cidade de Curitiba está ocorrendo, predominantemente: i) em direção à região sul/sudoeste; ii) sobre as terras de menor valor; iii) é comandada pela população de baixa renda; e iv) em domicílios inadequados, localizados em ocupações irregulares.

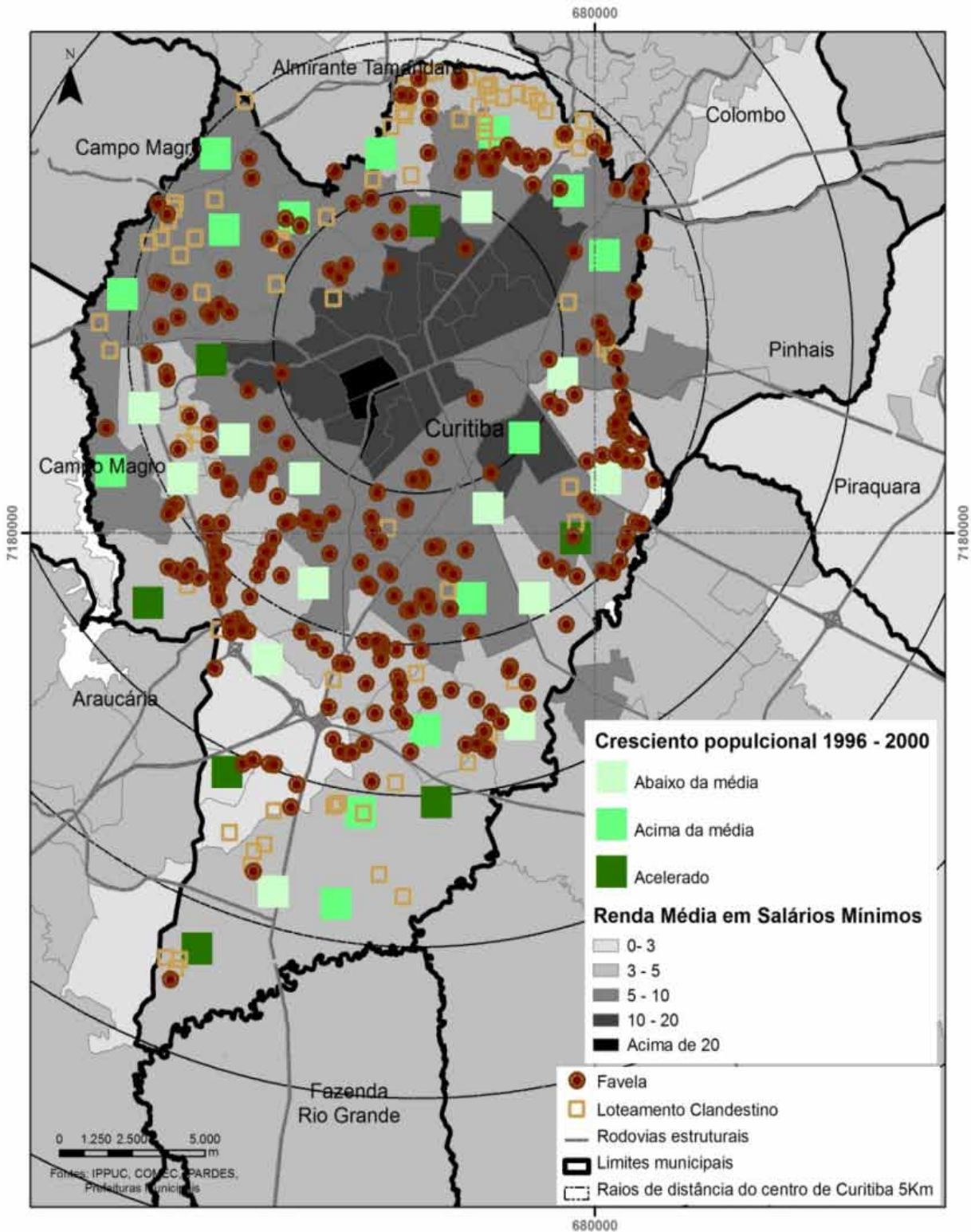
Tabela 3
Ocupações irregulares segundo categorias: Curitiba (2000 e 2005)

Categoria	2000		2005	
	Nº áreas	Domicílios	Nº áreas	Domicílios
Assentamento em regularização	78	19.199	53	17.352
Assentamento sem regularização	184	34.334	205	38.048
Loteamento clandestino em regularização	3	513	10	2.101
Loteamento clandestino sem regularização	36	3.287	73	4.766
Total	301	57.333	341	62.267

Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-Ct); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). *Plano de Regularização Fundiária em áreas de preservação permanente* (Curitiba, 2007).

6 Segundo Davis (2006, p. 130), a vulnerabilidade ambiental urbana, ou risco, é calculada como produto da probabilidade de acidentes (frequência e magnitude de ocorrências naturais).

Figura 1
Ocupações irregulares no município de Curitiba segundo renda média dos chefes de domicílio e crescimento populacional, por bairro



Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2007). *Plano de regularização Fundiária em áreas de preservação permanente*. Curitiba, Paraná. Editoração: Elena Justen Brandenburg.

Tabela 4

Domicílios em aglomerados subnormais: bairros com maior percentual

Bairros	Domicílios Total	Nº Domicílios em Aglomerados Subnormais	
		Abs.	%
São Miguel	1.248	992	79,49
Parolin	3.360	1.084	32,26
Campo Comprido	1.848	594	32,14
Ganchinho	1.929	578	29,96
Caximba	631	167	26,47
Campo de Santana	1.964	491	25,00
CIC (Jardim Gabinete)	3.714	754	20,30

Sítio cercado = 9,13%.

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2010). *Curitiba em Dados*. Curitiba, Paraná.

Ao analisar os dados sobre a renda dos habitantes (tabela 5), verifica-se que a maior parte (96.827 pessoas) dos residentes nas ocupações irregulares apresenta uma renda de até três salários mínimos. Esta faixa de renda é justamente aquela que não é atendida pelos programas oficiais de habitação social.⁷

A tabela 6 quantifica as ocupações irregulares, de acordo com as bacias hidrográficas e situação de risco de cada uma delas. Sua análise indica que existem 151 ocupações, em áreas sujeitas à inundação, muitas delas faixas de drenagem fluvial. Os dados indicam que em Curitiba existem 62.601 domicílios em situação de risco, o que corresponde a 241.013 habitantes. Dentre estes, cerca de 200.000 pessoas correm riscos diretamente ligados ao ambiente-inundações (CO-HAB/IPPUC, 2007, p. 114).

Na verdade, essas áreas são aquelas pelas quais o mercado imobiliário não tem interesse, uma vez que não são edificáveis. Uma outra parcela significativa (65 ocupações). localiza-se em outros tipos de área de risco, definidas por legislação específica. Nesse caso, o raciocínio é o mesmo:

a incidência de parâmetros extremamente restritivos para edificação, ou mesmo sua proibição, faz com que essas áreas tenham pouco valor no mercado imobiliário, e por isso permanecem vazias, disponíveis para ocupação por famílias cuja renda não permite uma inserção no mercado imobiliário formal.

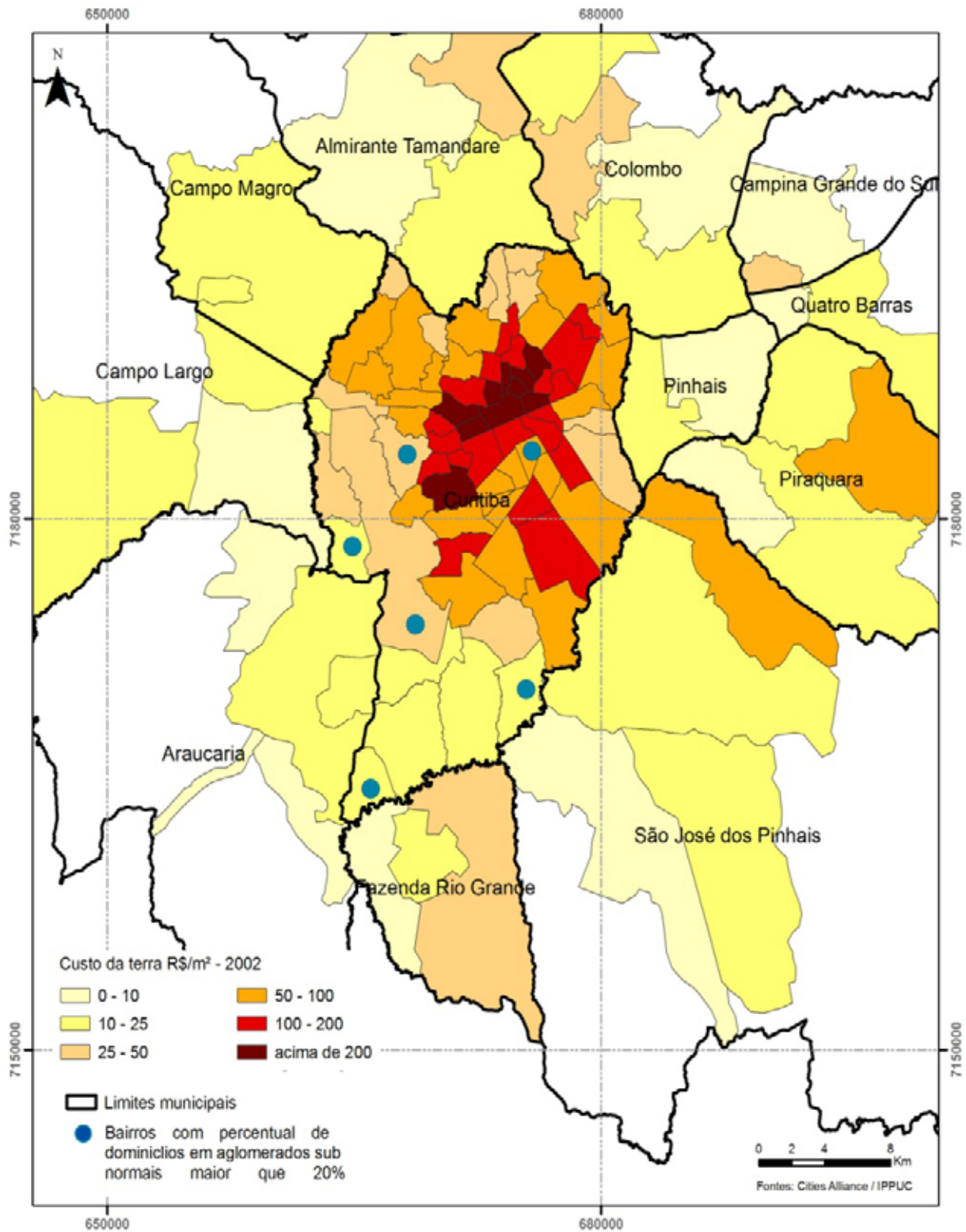
A figura 3 demonstra a localização das ocupações irregulares em área de risco, permitindo identificar a predominância desses assentamentos na região sudoeste da cidade – Bacia do Rio Barigui, e à leste, bacia do Rio Atuba.

Algumas conclusões

A partir da análise da realidade de Curitiba, este texto procurou demonstrar que a produção da cidade, ao seguir a lógica capitalista, segrega a parcela da população que não tem renda suficiente para acessar ao mercado imobiliário formal. Sem opção, essa população tende a ocupar áreas inadequadas, desprovidas de infraestrutura e serviços urbanos e, na maioria das vezes, apresentando sérias restrições ambientais, configurando o denominado urbanismo de risco.

7 Os programas locais de financiamento de habitação para população de baixa renda exigem uma renda mínima de três salários mínimos.

Figura 2
Custo da terra e bairros com maior número domicílios inadequados



Fonte: Banco Mundial-Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional-Universidade da Califórnia/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005).

Tabela 5
Número de domicílios e número de habitantes,
por faixa de renda, nas ocupações irregulares: Curitiba (2007)

Faixa de renda (salário mínimo)	Nº domicílios	Nº habitantes
0 a 3	25.150	96.827
0 a 5	15.408	59.320
3 a 5	4.944	19.034
3 a 10	2.766	10.648

Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2007). *Plano de regularização fundiária em áreas de preservação permanente*. Curitiba, Paraná.

Tendo em vista que nos países latino-americanos, assim como a urbanização, a pobreza urbana é ascendente, e sendo a cidade estruturada com base nas leis de mercado, é possível afirmar que há uma tendência do urbanismo de risco consolidar-se como prática predominante. A exclusão da população mais pobre das áreas urbanas melhor estruturadas conforma uma desigualdade de oportunidades. Aqueles cujas rendas são insuficientes para garantir o acesso à moradia, não conseguirão ser cidadãos, no sentido em que Santos coloca: “É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial [...] a

igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que si impõe” (1987, p. 116).

Torna-se necessário, portanto, avançar da crítica à lógica do sistema, para a proposição de alternativas viáveis de melhora no padrão de qualidade do ambiente urbano. Esse parece ser o caminho mais difícil, pois como afirma Maricato: “É mais fácil entrar em acordo sobre uma crítica que diz respeito à realidade já vivida e conhecida do que sobre uma proposta que diz respeito ao vir a ser” (2000, p. 169).

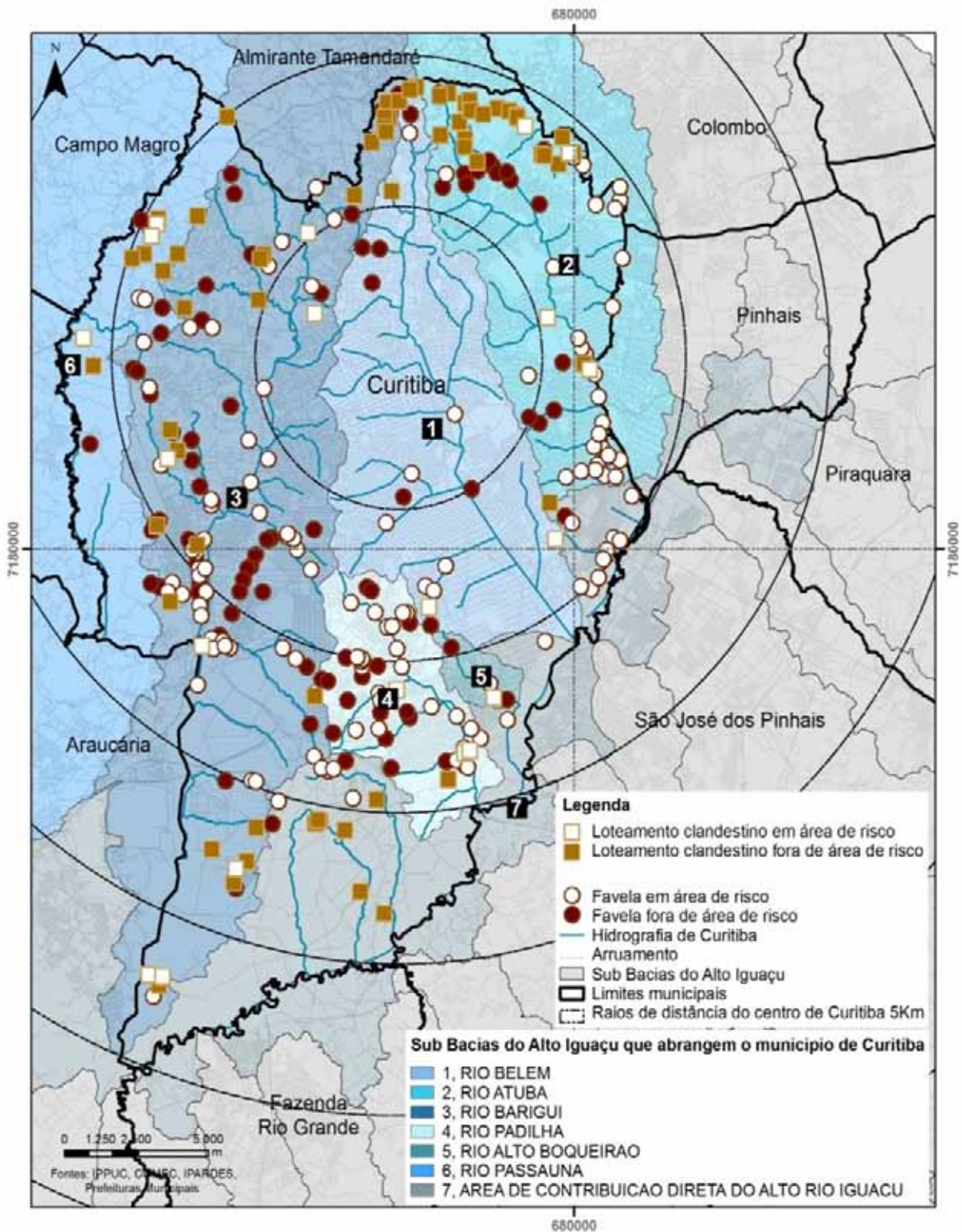
Diante da constatação das limitações das práticas de gestão do espaço urbano, cabe-nos questionar: o que pode fazer o urbanista? Não se pretende aqui atribuir a este profissional a tarefa de transformar a cidade; ao contrário, reconhecendo-se a necessidade do trabalho interdisciplinar, devem ser buscadas alternativas de ação conjunta. A única especificidade do urbanista é que a cidade constitui seu objeto de trabalho e, por dever de ofício, ele tem que conhecer profundamente as regras de funcionamento desse objeto. E é esse

Tabela 6
Número de ocupações irregulares por bacia hidrográfica e situação de risco

Bacias	Nº domicílios	Nº habitantes	Nº total de áreas	Situação de risco		
				Ferrovia	Alta tensão	Sujeita à inundação
Sub-bacia do Rio Passaúna	2.191	8.435	26	-	3	7
Sub-bacia do Rio Barigüí	25.908	99.746	144	2	26	48
Sub-bacia do Rio Belém	5.385	20.732	53	1	3	18
Sub-bacia do Rio Atuba-Bacacheri	14.741	56.753	93	1	16	38
Sub-bacia do Ribeirão dos Padilhas	8.284	31.893	50	-	3	26
Bacia do Alto Iguaçu	6.092	23.454	31	4	6	14
Total	62.601	241.013	397	8	57	151

Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2007). *Plano de regularização fundiária em áreas de preservação permanente*. Curitiba, Paraná.

Figura 3
 Ocupações irregulares no município de Curitiba e identificação de risco (2007)



Fonte: Companhia de Habitação Popular de Curitiba; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2007). *Plano de regularização fundiária em áreas de preservação permanente*. Curitiba, Paraná.

conhecimento que deve orientar a busca de caminhos alternativos, que levem à superação da degradação ambiental e segregação sócio-espacial dominantes. Reverter esse rumo significa interferir nas regras de funcionamento do mercado imobiliário, o que implica em uma ação política, dirigida à recuperação da justiça social e resgate da cidadania.

A degradação social e ambiental, materializadas no espaço das cidades, está assumindo uma dimensão tal que se torna impossível ficar imune aos seus efeitos. A cidade capitalista, e para isso nos utilizamos do exemplo de Curitiba, tornou-se a expressão contemporânea do risco à vida; trata-se do *urbanismo de risco* concretizando-se na vida cotidiana de todos os cidadãos. Conforme coloca Souza:

Uma coisa [...] é importante: o problema urbano e a urbanização devem ser colocados como tema central de preocupação da sociedade nos partidos políticos, nos sindicatos, nas universidades, nas associações de todo gênero, pois a colocação correta da questão urbana poderá evitar que os problemas urbanos não coloquem em questão toda a sociedade. (1988, p. 11)

Bibliografia

Aníbal, F. (2010, 7 abril). Curitiba é eleita a cidade mais sustentável do mundo. *Gazeta do Povo*. Recuperado o 27 de setembro de 2010, de <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&d=990413&tit=curitiba-e-eleita-a-cidade-mais-sustentavel-do-mundo>.

Ascher, F. (1995). *Metápolis ou l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob.

Ascher, F. (2006). *Les nouveaux principes de l'urbanisme*. Paris: De l'Aube.

Banco Mundial-Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional-Universidade da Califórnia-

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2005). *Estudos estratégicos de apoio às políticas urbanas para os grupos de baixa renda*. Brasília.

Berry-Chikhaoui, I.; Deboulet, A. e Roulleau-Berger, L. (dir), (2007). *Villes internationales: entre tensions et réactions des habitants*. Paris: La Découvert.

Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-Ct) e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), (2007). *Plano de regularização fundiária em áreas de preservação permanente*. Curitiba, Paraná. Editoração: Elena Justen Brandenburg.

Davis, M. (2006). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo.

Delgado, P.; Deschamps, M. V. y Moura, R. (2004). Estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Curitiba: tipologia e mudanças no período 1980/ 1991. Em: *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Firkowski, O. (2001). *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. Tese de doutorado em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Línguas e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Firkowski, O. e Moura, R. (2001). Regiões metropolitanas e metrópoles: reflexões acerca das espacialidades e institucionalidades no sul do Brasil. *RA' EGA O espaço Geográfico em Análise* (5), 27-46.

Firkowski, O. L. C. de F. (2008). *Internacionalização, extensão urbana e metropolização: olhares cruzados para a apreensão do espaço urbano em Curitiba (PR)*. Curitiba: UFPR, Departamento de Geografia.

- Garcia, F. E. S. (1997). *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing*. Curitiba: Palavra.
- Gottdiener, M. (1997). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), (2001). *Ocupações irregulares: Curitiba 1999/2000*. Curitiba.
- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), (2010). *Curitiba em dados*. Curitiba.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), (2000). *Redes urbanas regionais: sul. Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil (6)*. Brasília: IPEA.
- Maricato, E. (2000). As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Em: O. Arantes et al. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.
- Mattos, C. A. de (2004). Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. Em: L. C. Q. Ribeiro (org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação a cooperação e o conflito* (pp. 157-196). São Paulo: Perseu Abramo.
- Moura, R. e Rodrigues, A. L. (2009). *Como andam Curitiba e Maringá*. Rio de Janeiro: Letra Capital-Observatório das Metrôpoles.
- Mueller, C. C. (1997). Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, I (1), 1997.
- Paraná, Coordenação da região Metropolitana de Curitiba (2006). *Plano de desenvolvimento integrado da região metropolitana de Curitiba: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional*. Curitiba.
- Pereira, G. e Silva, M. N. (2009). Dinâmica imobiliária na região metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. Em: R. Moura e O. Firkowski (org), *Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na região metropolitana de Curitiba* (pp. 295-314). Curitiba: Letra Capital.
- Rolnik, R. (1997). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. Em: R. Rolnik e R. Cymbalista, *Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social*. São Paulo: Pólis.
- Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Souza, M. A. (1988). *Governo urbano*. São Paulo: Nobel.
- Ultramar, C. e Moura, R. (1994). *Metrópole grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Ipardes. Universidade Federal do Paraná (2004). *Urbanização e recursos hídricos na região metropolitana de Curitiba*. Curitiba: Editora da UFPR.